Carbono não obrigou empresas a mudar

Segunda, 21 de Abril de 2008

ANA SUSPIRO

O mercado do carbono, a funcionar em regime experimental desde 2005, pouco mudou na gestão da maioria das empresas portuguesas.

Das cerca de 200 instalações industriais que receberam licenças grátis para emitir gases, poucas terão tido necessidade ou de reduzir as suas emissões ou de ir à bolsa comprar créditos para cobrir défices de licenças. Também poucas terão sido as sociedades a perceber e a aproveitar a oportunidade de negócio da transacção de licenças excedentes.

Nas contas de Eduardo Marcos da Sedeco, sociedade com sede em Barcelona que transacciona na bolsa do carbono, as empresas nacionais terão perdido cerca de 50 milhões de euros em receita no triénio 2005/2007 por não terem vendido as licenças excedentárias que tinham face às suas necessidades de emissões quando o preço estava mais alto. Nestes três anos, entre 50% a 80% das licenças que constituem o mercado potencial em Portugal, entre cinco a seis milhões de toneladas por ano, não foram transaccionadas.

Muitas empresas, PME, mas também grandes empresas cotadas na bolsa não fizeram a gestão deste activo e limitaram--se a esperar pelo final do período de validade da licença. Só que quando este chegou, no final do ano passado, os preços caíram para cêntimos de euro e não valia a pena vender. A Secil, por exemplo, chegou ao final de 2007 com licenças para 120 mil toneladas com um valor próximo do zero que não negociou. Se tivesse vendido a 20 euros teria encaixado mais de dois milhões de euros.

A atribuição generosa de licenças gratuitas por parte dos governos [que fez disparar o preço em bolsa *(ver gráfico)*], em nome da defesa da indústria e do crescimento económico, acabou por não passar o sinal correcto às empresas que não sentiram qualquer pressão para reduzir as emissões de dióxido de carbono e mudar a gestão industrial. Esta é uma realidade bem visível na evolução das cotações das licenças de CO2 entre 2005 e 2007, cujo preço por tonelada caiu de 28 euros para cêntimos no final do período.

Para 2008/12, com o Protocolo de Quioto em vigor, o panorama não parece mudar muito. Pelo menos no caso português, porque é dos poucos países da Europa que pode aumentar os gases de efeito estufa face a 1990 por ser pouco industrializado. Mais uma vez em nome do desenvolvimento económico impôs às suas indústrias a redução de apenas 8% nas emissões anuais de CO2. A excepção vai para as indústrias mais poluentes, em particular as eléctricas que são das poucas indústrias que podem passar para o cliente um aumento de custos da electricidade sem perder competitividade. Apesar das licenças já estarem atribuídas, Portugal é dos países que está atrasado no processo de validação e as empresas ainda não podem negociar os seus créditos.

Miguel Costa da Intermoney, sociedade financeira de corretagem que actua neste mercado, não tem dúvidas que as licenças excessivas acabaram por não ter o efeito pedagógico pretendido e como tal falharam o principal objectivo da criação do mercado de carbono que era a redução de emissões. Para além da falta de pressão sobre as empresas para usarem tecnologias mais limpas, o consumidor final

também não mudou o comportamento porque o esforço de redução do carbono não fez subir os preços.

Preço do petróleo ajuda

Aliás, reconhece Miguel Costa, a escalada do petróleo terá mais efeito na mudança dos comportamentos de empresas e pessoas, porque o argumento económico acaba por ser o que tem maior racionalidade e poder de influenciar as decisões. Tem sido por isso mais o aumento dos custos dos combustíveis fósseis, que são os que produzem mais gases de efeito estufa, a grande mola impulsionadora das energias renováveis.

Para além de limitado nos seus efeitos, o mercado do carbono também só cobre parte das fontes de emissão de gases de efeito de estufa, indústrias que representam apenas uma parte do CO2 produzido. Outras origens, como os transportes (aviação entrará em breve no esforço controlo de emissões) e a habitação e serviços continuaram a produzir mais carbono. Esta é uma realidade visível em Portugal. Segundo a Quercus, em 2006 o nosso país ficou 13% acima do tecto de emissões de dióxido de carbono permitido a Portugal pelo Protocolo de Quioto que nos permite produzir mais 27% de CO2 que em 1990. |

Fonte: http://dn.sapo.pt/